

# Fibra de linho num palmo de terra: A ocupação das terras da feitoria do Linho Cãnhamo

Flax fiber in a land span: the occupation of the factory lands of hemp linen

Júlio César de Oliveira<sup>1</sup>  
profjcole@bol.com.br

**Resumo:** O texto apresenta uma análise da organização da Real Feitoria do Linho Cãnhamo, localizada no Rincão de Cangussú, confrontando esta organização com estudos referentes à ocupação da região sudeste e a produção agrícola no estado do Rio Grande do Sul no século XVIII. A instalação da empresa portuguesa em território Sul-rio-grandense buscava integrar a política sustentável do governo Pombalino. Instalando-se em região que posteriormente caracterizar-se-ia como centro da produção charqueadora, a cidade de Pelotas, colocava em confronto a elite pecuarista-charqueadora e os interesses político institucionais do governo português. Fundamentalmente pelo fato de a empresa ter sido transferido para a região do Faxinal do Courita, atual cidade de São Leopoldo, a pesquisa referente a esta primeira experiência com o linho no Rio Grande do Sul tem se efetivado como uma necessária restauração da história do estado, onde atualmente pode-se verificar que o não-povoamento das terras sulinas, disseminados em pesquisas anteriores, eram conclusões, no mínimo, insuficientes.

**Palavras-chave:** Feitoria, agropecuária, ocupação espacial.

*Abstract: This paper presents an analysis of the organization of the Royal Flax Hemp Factory, located in Rincon de Cangussu, confronting this organization with studies relating to the occupation from the Southeast and agricultural production in the state of Rio Grande do Sul in the eighteenth century. The installation of the Portuguese company in Rio Grande territory sought to integrate the sustainable policy of the government Pombal. Settling in the region that later would be characterized as a center of production charqueadores, the city of Pelotas, placed in the elite confrontation charqueadores-rancher and political interests within government Portuguese. Primarily because the company had been transferred to the region of the Faxinal Courita, current city of Sao Leopoldo, the research regarding this first experiment with flax in Rio Grande do Sul has been accomplished as a necessary restoration of state history, where now we can verify that the non-settlement of the Southern land, scattered in earlier research, conclusions were at least insufficient.*

**Keywords:** Factory, agriculture, spatial distribution.

---

<sup>1</sup> Doutorando pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e Bolsista CAPES.

## Cada conto, um novo ponto...

*Os novos burgueses buscam pedigrees, as novas nações ou movimentos anexam a sua história exemplos de grandeza e realização passadas na razão direta do que sentem estar faltando dessas coisas em seu passado real – quer esse sentimento seja ou não justificado (HOBSBAWM, 1998).*

O historiador, com a obrigação ética e metodológica de referenciar suas fontes e possibilitar a apreensão dos momentos da escrita destas (contextualização), é o responsável pela organização e divulgação da memória/história de um povo. E, quando a construção/invenção tornou-se uma “verdade”, o que deve fazer o historiador? Fundamentar com documentos e fontes o que se construiu? Desconstruir o que vigora como verdade? Impor uma nova “verdade” construída através das fontes? É preciso considerar que a própria análise do pesquisador contém inúmeras adaptações, signos vigentes no presente e que influenciam o seu olhar sobre as fontes. Também, sendo a memória constantemente refeita a partir do presente, às releituras do passado são agregadas verdades construídas pelos interesses do presente sobre este passado.

Nestes moldes do pensar que se constrói a história do povoamento da metade sul do estado do Rio Grande do Sul, durante o período colonial brasileiro. A organização espacial figura, ainda, nos livros dispostos nas bibliotecas escolares como um descampado sem povoamentos, servindo somente como espaço de terras devolutas e onde os avanços e retrocessos de fronteiras entre o Brasil e os países do Prata figuravam como principais fatos envolvidos na construção historiográfica. Este tipo de afirmação perante a organização espacial tem

relação direta com a organização histórica do povo sul-rio-grandense, oportunizando espaço para a organização de mitos e a construção de uma história mítica. Passam a vigorar como “tentativas de substituir a história pelo mito e a invenção”, porque irão constar nos livros didáticos como “verdades”, formando uma consciência coletiva inventada e podendo gerar inúmeros problemas sociais posteriores (HOBSBAWM, 1998, p. 19).

Personagens como Rafael Pinto Bandeira, Bento Gonçalves, Garibaldi, Davi Canabarro, Tomás Luiz Osório, etc., são determinantes na construção da mitologia sul-rio-grandense, figurando como verdadeiros símbolos regionais. Na sua maioria, estes são construídos através das práticas de guerra ou envolvidos em atividades ligadas diretamente à pecuária, figurando a estância como a base econômica na formação do estado.

A historiografia tradicional, que segundo Zarth “*privilegia o latifúndio pastoril e as exportações*” (ZARTH, 2002, p.28), entrou em conflito com as pesquisas sobre imigração e colonização que, através do estudo fundiário e econômico, possibilitaram análise diferenciada da história registrada até o momento. A agricultura torna-se partícipe da organização espacial e social do estado, surgindo não mais como atividade de “segunda classe”, de subsistência ou sem objetivos econômicos, para tornar-se produto de interesse estatal.

## A Real empresa do Linho Cânhamo

A organização da Real Feitoria do Linho Cânhamo, instalada no Rincão de Cangussú no período compreendido entre os anos de 1783 a 1789, demonstra o interesse da metrópole portuguesa em incentivar a atividade agrícola na colônia brasileira.

A pesquisa sobre a feitoria, nesta localidade, é um dos referenciais que podemos utilizar para verificar a procura dos pesquisadores pela temática agrícola no período colonial. Talvez a razão seja o ofuscamento causado pela segunda experiência executada no estado, em São Leopoldo<sup>2</sup>. Chego a suspeição pelo fato de que quando se trata da temática “feitoria”, a maioria dos historiadores que tratam deste período, logo direcionam o discurso à região que depois veio a ser São Leopoldo, região de colonização alemã. Teria sido a segunda experiência de maior importância que a primeira? Ou a feitoria foi submersa e absorvida pela colonização posterior da região, sendo relegada a espaço físico e, assim encoberta a sua função econômica? Como valorar de forma tão distinta estas duas ações governamentais (empresa e colonização) presentes nos anos finais do século XVIII e inícios do XIX? Será que os historiadores regionais foram cooptados pelas demandas sociais do Vale dos Sinos e lembram somente dos “colonizadores alemães”, encobrindo a presença do negro, do índio e do português? Seria esta uma história seletiva, a construção/invenção criticada por Eric Hobsbawm? Acredito que não, ou pelo menos espero que não. A seleção necessária para organizar a pesquisa, talvez tenha por objetivo somente o viés acadêmico de escolha temática, criando vazios em certos campos, intencionalmente, pela impossibilidade de se dar atenção a todos os atores envolvidos no mesmo tempo e espaço.

<sup>2</sup> Para verificar a análise da temática envolvendo a região do Vale dos Sinos, sugiro a leitura da dissertação de mestrado de ALVES, Eliege Moura. *Presentes e Invisíveis: Escravos em Terras de Alemães – São Leopoldo (1850-1870)*, assim como o texto de Cláudio Carle, disponível em <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos5/oliveira%20solange%20de%20e%20carle%20claudio%20baptista.pdf>.

A empresa inicial, localizada no Rincão de Cangussú, surge através do interesse pombalino de autossuficiência produtiva de Portugal buscando, no século XVII, livrar-se da dependência inglesa de linho e tecidos para compor o velame das naus portuguesas. As vastas campanhas do sul do país e as análises do solo da região, através de sementeiras experimentais, direcionaram à região compreendida entre a Lagoa dos Patos e a Serra dos Tapes, local onde posteriormente viria a ser o centro charqueador do estado<sup>3</sup>. Contrariando o senso comum, neste período, segundo levantamento de censo realizado entre os anos de 1784 e 1785, predominava a atividade agrícola e não a pecuária no estado (OSÓRIO, 2006, p. 154). O estabelecimento de charqueadas irá ocorrer no final da década de 1780, às margens do arroio pelotas, na cidade de Pelotas, recebendo grande parte da produção das estâncias estabelecidas na região da campanha sul-rio-grandense.

Este período setecentista foi de grande expansão lusitana em direção à Banda Oriental, com apropriação de terras e estabelecimento de novas unidades produtivas. Apesar de constar como principal atividade a agricultura, também figurava nas posses dos moradores o gado vacum. Em censo realizado em 1784 para

<sup>3</sup> No que se refere à localização geográfica da Real Feitoria do Linho Cânhamo, pelo fato das fontes históricas deixarem margem à discussões espaciais, esta tornou-se temática preferencial de pesquisadores como Cláudio Moreira Bento, Ângelo Pires Moreira, Carlos de Souza Moraes e Zênia de Leon, o que ocasionou um parecer do Conselho Estadual de Cultura do Rio Grande do Sul. A fim de analisar a produção sobre a temática de localização espacial ver: BENTO, Cláudio Moreira. *Canguçu. Reencontro com a história. Um exemplo de reconstituição de memória comunitária*. Porto Alegre: IEL, 1983; MOREIRA, Ângelo Pires. *Pelotas na tarca do Tempo. Primeiros Tempos e Freguesia*. Pelotas: produção própria, 1988; MORAES, Carlos de Souza. *Feitoria do Linho Cânhamo. Documentação Inédita*. Porto Alegre: Editora Parlenda, 1994; e LEON, Zênia de. *Real Feitoria do Linho Cânhamo IN Anais do VIII Encontro Estadual de Micro-história*, 01, 02 e 03 de outubro de 1991.

verificar o número médio de animais por ocupante do território, possibilitou verificar “*que todos os tipos de produtores eram também criadores de gado vacum*” (OSÓRIO, 2006, p. 156). No caso da feitoria, o gado tinha o objetivo de ser utilizado como “*munício de boca*”<sup>4</sup>, sugestão do Vice-rei D. Luís de Vasconcelos quando do estabelecimento da instituição, a fim de não depender de produção externa para a manutenção da unidade agrícola estatal.

Para a execução do trabalho de plantio, colheita e organização para o envio à Portugal, o Vice-rei destinou vinte casais de escravos oriundos da Real fazenda de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, relatando que estes já detinham conhecimento da lida agrícola, facilitando a ação na feitoria. Também encaminhou ao Rincão de Cangussú um almoxarife, sargento José Joaquim Rodrigues, do 2º Regimento, e ferramentas para o trabalho envolvendo o linho cânhamo.

A organização pensada pelos agentes políticos portugueses no Brasil era de uma instituição autossuficiente, dotada de uma administração voltada exclusivamente à produção e envio dos gêneros, sem interesse na organização de manufaturas ou comércio com os governos locais, assim como a implantação de indústrias, proibido pelo alvará régio em vigor no período das atividades da feitoria. Apesar de em muitos trabalhos historiográficos constar quase que exclusivamente o malogro da empresa, esta iniciou sua com altos índices produtivos, necessitando inclusive do envio de mais escravos, a fim de manter e aumentar a produção, que alcançava seis alqueires e um quarto de sementes, tendo a previsão de uma colheita de 160 alqueires.

O otimismo presente no relatório do Vice-rei era percebido pelas constantes insinuações de preocupação com o aumento das colheitas e os desdobramentos referentes à produção do linho macerado. Para sanar a necessidade de uma maior quantidade força de trabalho, foi utilizado o produto de confisco ocorrido nas proximidades, onde foram confiscados cinquenta escravos que estavam sendo contrabandeados. Além da presença dos escravos negros, tentou-se investir na produção externa do linho, através do contato com moradores dos arredores da feitoria, algo que se fez ineficiente e que sofreu críticas por parte do Vice-rei, relegando a razão para o “modo de vida irregular” dos moradores da região, que preferiam manter seus trabalhos que necessitavam de menos explicações do que era tratado com o linho.

A presença da pecuária foi facilitada pela fitogeografia sulina, gerando os latifúndios que, porém, coexistiam com as pequenas propriedades agrícolas, inseridas principalmente em áreas de florestas (ZARTH, 2002, p. 52). O incentivo ao plantio de linho nas zonas de baixa densidade, de campos nativos que eram dedicados principalmente à atividade pecuária, consistia em ocupar os territórios com atividades voltadas ao reerguimento da economia lusa.

### **Enfim, seria o fim... (!?)**

Com todos os caminhos levando para o sucesso da empresa, não se esperava que o empecilho maior fosse a máquina administrativa do estado. Os governadores do estado, cargos políticos diretamente relacionados com o poder lusitano, foram os principais causadores do malogro da instituição. No relatório consta que o fracasso deveu-se à má administração da empresa, mas, principalmente, à “*falta de zelo e*

<sup>4</sup> O termo “munício de boca” se refere à produção destinada ao consumo do contingente da Feitoria.

*vigilância dos seus governadores*".<sup>5</sup> Relata que a maioria dos políticos da região preocupava-se com afazeres e interesses pessoais, incluindo a produção pecuária, que contrariava a matriz agrícola que o poder central estava tentando implementar no estado.

Apesar de constarem em várias publicações que as razões do malogro eram a desorganização da instituição e a displicência de seus administradores, além da figura mítica do escravo utilizando-se do linho para entrar em êxtase, numa aproximação do linho Cânhamo de outra espécie, a Cannabis, contrariam estas posições a produção da empresa e a quantia de escravos e maquinaria empregada na localidade, antes da transferência para o Faxinal do Courita, atual cidade de São Leopoldo.

A questão envolvendo a mudança da empresa para a nova localidade demonstra ter razão melhor fundamentada nos interesses de posseiros do que no seu desempenho produtivo. O Conselho Estadual de Cultura, em 1993, através de parecer referente ao tombamento do conjunto arquitetônico construído na localidade denominada de Ilha da Feitoria, defendeu que *"praticamente desde a fundação, a Feitoria do Rincão de Canguçu teve cogitada sua transferência"* (IHGPel, 1997, p. 30-31). O principal interessado por esta transferência era o Coronel Rafael Pinto Bandeira que, insistia desde a fundação da empresa que o melhor local seria as margens do Rio dos Sinos.

Aurélio Porto entendeu que o malogro da empresa deveu-se ao fato de que os governantes do estado compravam a produção dos agricultores sem lhes dar o devido pagamento posterior, propagando o desânimo entre os

produtores, constituindo um desinteresse pela produção direcionada pelos mandatários da região (PORTO, 1996, p. 08). O problema consistia na organização política e na má distribuição de terras no estado.

Porém, se consistia o malogro num problema oriundo da administração pública, por qual motivo as próprias autoridades portuguesas não tomavam medidas para saná-lo? Seria resultado dos abusos cometidos pelo processo de apropriação das terras constantemente questionados nos documentos e correspondências da época? Certamente.

Paulo Zarth, na sua obra *"Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX"* define que *"ainda no Século XVIII, após poucas décadas do início da colonização, as próprias autoridades portuguesas queixavam-se dos abusos que existiam no processo de apropriação das terras"* (ZARTH, 2002, p.56).

O principal abuso consistia em apropriar-se de áreas de campos nativos, abertos e propícios ao estabelecimento de estâncias, com a finalidade de estruturar propriedades que necessitassem de atenção dedicada exclusivamente ao pastoreio, apesar de que também nestas existia a presença da agricultura de subsistência. A apropriação era feita principalmente por militares, apesar de existir registro também de civis. A presença maciça de militares deve-se ao fato dos constantes embates entre portugueses e espanhóis na região fronteira, sendo a maioria da população formada, inicialmente, por militares (ZARTH, 2002, p.61).

Em recenseamento efetuado em 1785, pode-se observar que as denúncias contra o latifúndio tinham fundamentação na realidade existente no período, onde *"mais de 50% dos estabelecimentos recenseados possuíam área*

<sup>5</sup> Ofício de Luís de Vasconcelos e Souza para Francisco Xavier da Cunha, Rio de Janeiro, 24 de julho de 1783, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Lata 300, maço único.

*superior a 1000 hectares e 37,5% possuíam área superior a 5.000 hectares”* (ZARTH, 2002, p. 57). Estas grandes propriedades configuravam quase a totalidade das propriedades existentes no estado e, apesar de muitas dedicarem-se à pecuária, esta não se configurava como exclusiva atividade econômica.

Existiam dispositivos para tentar conter estes abusos pela propriedade de grandes extensões de terras. A concessão estava condicionada a várias exigências, ditadas pela legislação geral, porém a estrutura do poder e a força dos beneficiados tornaram difícil ou impossível a sua execução (FARINATTI, 2007, p. 82). Os primeiros responsáveis pela execução de medições e concessões era o governo local que, através dos comandantes militares da fronteira, regulavam a distribuição e regulamentação da posse. A posse era garantida após o processo de solicitação encaminhada ao governador. Neste requerimento deveria constar a quantidade de animais que possuíam ou que as terras poderiam comportar, demonstrando que o objetivo era exclusivamente a ocupação pela pecuária e não incentivar a agricultura. Esta prática contradiz o que se encontra nos documentos referentes à Real Feitoria do Linho Cânhamo, onde o incentivo maior era dedicado ao plantio, tendo a pecuária presença secundária e voltada exclusivamente ao sustento alimentar dos trabalhadores da empresa.

Até mesmo o interesse de Rafael Pinto Bandeira, em mudar a empresa do Rincão de Cangussú para o Faxinal do Courita, torna-se ato suspeito pelo fato deste possuir muitas posses de terras na região de Cangussú e Pelotas, senão em seu nome, registrados no nome de familiares próximos, formando verdadeiro feudo na região. Esta possibilidade de posse de grandes extensões advinha do fato de que este era o responsável pela distribuição dos lotes de terras na região, possuindo grande poder para encaminhar os

requerimentos. Inclusive uma das acusações constantes nas correspondências do Vice-rei D. Luís de Vasconcelos e Souza era que este militar desviava posses para seus parentes, além de ser um dos principais agentes de contrabando na região. A presença da empresa estatal, e não estando esta sob suas ordens, tornava-se empecilho às práticas registradas pelo Vice-rei. Porém, algo que consta ainda como fato instigante, foi determinado que este militar deveria cuidar da fronteira sul, administrar as movimentações de espanhóis na localidade e combater o contrabando.

A ocupação das terras sul-rio-grandenses ocorreu pelo desalojamento dos possuidores pelos militares que eram responsáveis pela reorganização espacial das posses na região. As concessões constantemente eram alvos de disputas, inclusive jurídicas, pelo fato das medições incluírem terras que na realidade estavam excluídas das posses originárias dos proprietários. Até mesmo nas medições dos campos da feitoria, em São Leopoldo, ocorreram conflitos por causa da demora dos trabalhos e na inexatidão dos resultados do levantamento espacial dos lotes efetuados antes mesmo da distribuição entre os imigrantes (TRAMONTINI, 2000, p 70).

Dependendo do olhar disposto sobre as publicações referentes a este período no estado, pode-se inegavelmente concluir que a presença da agricultura era de proporções insignificantes, se comparada à pecuária. Porém, em 1927, Fernando Luís Osório, no seu livro “A cidade de Pelotas” reforça a presença da produção agrícola nas pequenas propriedades, relatando que em 1808 “*sahiram 280 carregamentos orçando em 55 mil toneladas de trigo*” da zona rural de Pelotas (OSÓRIO, 1927, p. 28). Até mesmo a presença de vinhedos se registra na região de São José do Norte, em 1774, além do plantio de mandioca e cana de açúcar em Santo Antônio da

Patrulha, somando-se à produção de cevada, alpiste, arroz, legumes, melancias, melões, cebolas e outros gêneros agrícolas (PORTO, 1996, p.11).

O estabelecimento da Real Feitoria, no Rincão de Cangussú e posteriormente no Faxinal do Courita, são exemplos da diversificação da matriz econômica presente já no século XVIII no [estado do] Rio Grande do Sul, reiterando que o exclusivismo da pecuária não foi rompido somente pela agricultura dos núcleos açorianos (OSÓRIO, 2006, p. 153), mas também pela intenção do governo lusitano em diversificar a

produção em prol da sustentabilidade econômica da metrópole.

A criação de um mito pecuarista e estancieiro no estado faz parte de uma construção oriunda dos interesses de matriz pecuarista presentes desde o final do século XVIII e que teve seu ápice com o surgimento das charqueadas. O tripé estância-charqueada-fronteira vai ser a principal sustentação da figura mítica do gaúcho, relegando à atividade agrícola papel secundário na formação da economia sul-rio-grandense.

---

## Referências Bibliográficas

BENTO, Cláudio Moreira. Canguçu. *Reencontro com a história*. Um exemplo de reconstituição de memória comunitária. Porto Alegre: IEL, 1983

DE LEON, Zênia. Real Feitoria do Linho Cânhamo IN Anais do VIII Encontro Estadual de Micro-história, 01, 02 e 03 de outubro de 1991.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Rio de Janeiro, Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

HOBSBAWM, Eric J. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MORAES, Carlos de Souza. *Feitoria do Linho Cânhamo*. Documentação Inédita. Porto Alegre: Editora Parlenda, 1994.

MOREIRA, Ângelo Pires. *Pelotas na tarca do Tempo*. Primeiros Tempos e Freguesia. Pelotas: produção própria, 1988.

OSÓRIO, Fernando. *Sociogênese da Pampa Brasileira*. Pelotas: Livraria Comercial, 1927.

OSÓRIO, Helen. Estrutura agrária e ocupacional. In: CAMARGO, F.; GUTFREIND, I.; REICHEL, H. (dir.) *História Geral do Rio Grande do Sul - Colônia*. Passo Fundo: Méritos, 2006. V. 1., p. 153-170

PORTO, Aurélio. *O trabalho Alemão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes: A colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850)*. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2000.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2002.

Real Feitoria do Linho-Cânhamo: Íntegra do Parecer do Conselho Estadual de Cultura. *Revista do IHGPel*, Nº 03, 1997, p. 11-52.

RIO GRANDE DO SUL. Processo nº 14/92 CEC - Parecer nº 18/CEC/93 – Súmula da Ata nº 63 – Sessão Ordinária de 10 de março de 1993 - Conselho Estadual de Cultura – Secretaria de Cultura – Estado do Rio Grande do Sul. Relator: Miguel Frederico do Espírito Santo.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRGS). Ofício de Luís de Vasconcelos e Souza para Francisco Xavier da Cunha, Rio de Janeiro, 24 de julho de 1783, Lata 300, maço único.

*Submissão: 01-10-2014*

*Aceite: 18-11-2014*